

# Da água para o vinho

Um ano depois da demissão de Gustavo Franco da presidência do Banco Central e da mal conduzida mudança cambial realizada por seu sucessor, Francisco Lopes, a principal preocupação dos agentes econômicos e operadores do mercado ontem era aproveitar ao máximo as novas oportunidades oferecidas pela economia brasileira. O anúncio de reestruturação do grupo espanhol Telefônica, com base na troca de suas ações por papéis de companhias brasileiras e latino-americanas, fez subir fortemente o índice das bolsas de valores de São Paulo e do Rio e disparou uma onda de euforia

e otimismo completamente oposta ao ambiente sombrio registrado nos mercados no dia 13 de janeiro do ano passado.

A diferença de expectativas apresenta um contraste tão grande que, tendo a chance de dirigir perguntas sobre a consistência da atual política de câmbio livre a dois dos principais integrantes da equipe econômica liderada pelo Ministro Pedro Malan, representantes de 55 instituições do mercado se limitaram ontem a apresentar questões que certamente não podem ser consideradas fruto de ansiedade ou de incertezas profundas sobre o futuro da economia. Durante uma conferência telefônica promovida pela Broadcast/Agência Estado e a Wittel Comunicações, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, e o secretário de Política Econômica, Edward Amadeo, sequer foram questionados pelos representantes do mercado sobre a qualidade das relações do País com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou ouviram dúvidas sobre a capacida-

de brasileira de cumprir as metas fiscais constantes do acordo com o fundo.

O episódio, de certo modo, confirma que o Governo recuperou mais cedo do que esperava a credibilidade drasticamente perdida no ápice da crise brasileira. Mas isso não significa confiança cega. As duas autoridades da Fazenda registraram o receio do mercado de que o Governo, em ambiente econômico mais confortável, ceda à tentação populista em ano eleitoral e decrete que o programa de reformas estruturais chegou ao fim, quando se sabe que ainda restam medidas estruturais relevantes a serem propostas e politicamente aprovadas pelos poderes da República.

Ou seja, o medo é de que o Governo afrouxe a política fiscal, aumente seus gastos e evite matérias impopulares como a votação, pelos congressistas, da emenda constitucional que cria a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas da União.

Os secretários Amaury Bier e Edward Amadeo insistiram que a redução do déficit e o equilíbrio das contas do sistema previdenciário do setor público continuam prioridade absoluta e a ser, para o Governo, a questão fiscal "mais importante a ser equacionada". Segundo Bier, tornou-se uma verdade para o Governo - "e não só para a equipe econômica", ressaltou -, que há uma relação estreita entre política de rigor e equilíbrio fiscal e a execução da política monetária para a promoção do crescimento econômico e melhoria do ambiente macroeconômico. O ambiente favorável deste momento, conforme Bier, está visivelmente associado às mudanças

de política fiscal e ao enorme esforço de ajuste que o país fez recentemente.

Dois outros fatos, também registrados ontem, são de alguma forma reveladores do novo cenário. O presidente Fernando Henrique Cardoso lembrou, durante uma solenidade no Palácio do Planalto, que as mudanças na economia foram decorrentes da crise financeira internacional (o colapso das economias dos países asiáticos em 1997 e a decretação da moratória russa em 1998), mas ressaltou que a travessia da crise revelou um país vitorioso. "Não é qualquer país", disse ele, "que sofre a desorganização da sua economia, enfrenta ataques especulativos contínuos, perde reservas cambiais e desvaloriza a moeda, e depois continua firme no caminho do progresso".

O segundo fato que assinala a mudança de expectativas no Brasil foi a confirmação, pelo ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, de que está se preparando para voltar ao mercado financeiro. Ele cumpriu voluntariamente uma quarentena e se sente agora livre para enfrentar um novo emprego. Franco participará, como sócio, de uma empresa chamada Rio Bravo, criada para atuar no mercado de seguros e investimentos financeiros.

A situação que continua indefinida é a de Francisco Lopes, que sucedeu Franco e foi demitido duas semanas depois, abrindo o caminho para a implantação do regime de câmbio flutuante. Economista respeitado e um dos principais formuladores do Plano Real, Chico Lopes foi acusado pela CPI dos Bancos de beneficiar os bancos Marka e FonteCindam, no curso da turbulência de janeiro passado, e agora responde a processos judiciais sob a suspeita de manter depósitos pessoais irregulares superiores a US\$ 1 milhão no exterior.